

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERTÁRIAS BRASILEIRAS: PASSADO E PRESENTE

Marcos Raddi dos Santos⁶⁶

RESUMO

O artigo aborda as experiências pedagógicas libertárias no Brasil, desde o final do século XIX até o início desse século XXI, resgatando algumas contribuições educacionais práticas e teóricas empreendidas pelos militantes anarquistas na área da educação. Após uma breve definição do anarquismo e, a partir dele, da pedagogia libertária, são apresentadas as primeiras iniciativas educacionais em solo brasileiro através da criação das primeiras escolas libertárias e até de uma Universidade Popular no Rio de Janeiro, em 1904, com curta duração, mas de extrema importância. São analisadas aproximações, concordâncias e possíveis diálogos entre a pedagogia libertária e a pedagogia libertadora, de Paulo Freire. Por fim, é demonstrada a viabilidade da pedagogia libertária na atualidade, a partir da exposição de experiências pedagógicas libertárias ocorridas nesse

início de século XXI. A metodologia empreendida foi pesquisa bibliográfica em obras de referência sobre o assunto.

Palavras-Chave: anarquismo; pedagogia libertária; história; pedagogia libertária: atualidade; pedagogia libertária: Brasil; Paulo Freire.

ABSTRACT

The article discusses the libertarian pedagogical experiences in Brazil, from the end of the 19th century until the beginning of the 21st century, rescuing some practical and theoretical educational contributions accomplished by anarchist militants in the area of education. After a brief definition of anarchism, and from it of libertarian pedagogy, the first educational initiatives on Brazilian land are presented through the creation of the first libertarian schools and even of a Popular University in Rio de Janeiro in 1904, with a short duration, however of extremely

⁶⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (2019-2021).

importance. Approximations, agreements and possible dialogues between libertarian pedagogy and liberating pedagogy, by Paulo Freire, are analyzed. Finally, the viability of libertarian pedagogy is demonstrated today, based on the exposition of libertarian pedagogical experiences that occurred in the beginning of the 21st century. The methodology used was bibliographic research in reference works on the subject.

Keywords: anarchism; libertarian pedagogy: history; libertarian pedagogy: actuality; libertarian pedagogy: Brazil; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Este artigo⁶⁷ pretende abordar a pedagogia libertária no Brasil através da história e contemporaneamente, apresentando algumas experiências educativas realizadas por militantes anarquistas desde o final do século XIX até o início do século XXI. Seu principal objetivo é explicitar a importância do ideário pedagógico anarquista como instrumento de luta, contestação e

resistência contra os diversos tipos de dominações e opressões existentes em nossa sociedade. Para melhor entendimento, dividimos o texto em quatro itens que estabelecerão uma linha de raciocínio, facilitando a compreensão da temática e das ideias expostas.

No primeiro item, definiremos o anarquismo e a pedagogia libertária; no segundo, trataremos do surgimento do anarquismo no Brasil e das primeiras experiências pedagógicas libertárias empreendidas entre o final do século XIX e início do século XX; no terceiro item, destacaremos as aproximações e semelhanças entre a pedagogia libertadora de Paulo Freire e a pedagogia libertária; e, por fim, abordaremos algumas experiências pedagógicas libertárias da atualidade.

DEFININDO O ANARQUISMO E A PEDAGOGIA LIBERTÁRIA

É necessário iniciar a discussão com a definição do conceito de anarquismo e, a partir deste, da pedagogia libertária. O anarquismo surgiu como um fenômeno histórico na

67 Inicialmente surgiu como um trabalho final de Educação Brasileira, cursada no primeiro semestre de 2019 como disciplina obrigatória do Programa de mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Gostaria registrar minha homenagem e meus agradecimentos ao professor Jorge Najjar, que ministrou a referida disciplina e orientou os (as) discentes a aproveitarem os artigos de conclusão das disciplinas para publicações, sugestão acatada por mim e que possibilitou essa publicação. O professor Jorge Najjar faleceu no dia 20 de agosto desse ano de 2020.

Europa, na primeira metade do século XIX, através de uma série de pensadores ligados ao movimento operário, que começava a se formar nos países em processo de industrialização.

Os primeiros autores anarquistas, dentre os quais estão o francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) e o russo Mikhail Bakunin (1814-1876), dirigiram críticas contra o sistema capitalista de produção, contra a Igreja Católica e o poder religioso em geral e contra a autoridade estatal e a própria ideia de Estado, entendendo que estes seriam instrumentos de dominação e exploração.

O anarquismo é um conjunto de ideias e práticas que visam combater qualquer tipo de autoridade coercitiva e qualquer espécie de administração/gestão social fundada na desigualdade e na hierarquia.

O anarquista russo Kropotkin (2007: 33) explicita a negação do *status quo* como uma das características iniciais do anarquismo:

Em seus começos, a anarquia apresentou-se como uma simples negação. Negação do Estado e da acumulação pessoal do capital. Negação de toda a espécie de autoridade. Negação ainda das formas estabelecidas da sociedade, embasadas na injustiça, no egoísmo absurdo e na opressão [...].

O pensador libertário levanta um aspecto fundamental: a do anarquismo

como a negação de todas as opressões – política, econômica, cultural, religiosa, de gênero, sexual, étnico-racial, entre outras. Dessa maneira, podemos dizer que o pensamento anarquista nega a sociedade construída com base na privação da liberdade, seja de indivíduos, de classes sociais, de povos, etnias. Todavia, Kropotkin (2007: 33) adverte que o anarquismo não é apenas uma série de negações: “a afirmação – a concepção de uma sociedade livre, sem autoridade, avançando para a conquista do bem-estar material, intelectual e moral – seguia de perto a negação; ela era a sua contrapartida”. Então, podemos dizer de maneira sintética que o anarquismo nega a opressão e afirma a liberdade dos seres humanos.

O pensamento anarquista possui uma base científica e racional, posto que foi gradualmente construído a partir de observações, reflexões e estudos sobre as sociedades e a história humana; “é uma visão de conjunto que resulta da autêntica compreensão dos fatos sociais, do passado histórico da humanidade, das verdadeiras causas do progresso antigo e moderno” (Kropotkin, 2007: 34-35).

Os pensadores anarquistas interpretaram a história e as relações sociais a partir do embate entre opressão e liberdade: “é a luta entre dois grandes

princípios que, em todos os tempos, encontraram-se em oposição na sociedade: o princípio de liberdade e aquele de coerção” (Kropotkin, 2007: 35-36).

Os teóricos e militantes libertários planejam e lutam por um mundo em que não exista coerção, pois “[...] punição, polícia, juiz, salário e fome nunca foram, e jamais serão, um elemento de progresso; e se há progresso sob um regime que reconhece esses instrumentos de coerção, esse progresso é conquistado *contra* esses instrumentos, e não *por* eles” (Kropotkin, 2007: 36). Todo o progresso humano foi realizado a partir de revoltas e insurreições contra esses diversos aparatos coercitivos, ou seja, a partir das lutas pela liberdade.

As práticas e ações libertárias foram se desenvolvendo a partir da luta da classe trabalhadora contra a classe burguesa. O italiano Malatesta (2009: 4) afirma que “o anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais”. Durante muito tempo (e ainda atualmente) o termo anarquia esteve atrelado, principalmente entre seus detratores, aos significados de bagunça, caos, desordem. Todavia, Malatesta (2009: 4) explica que

[...] a anarquia é uma forma de vida social em que os homens vivem como irmãos, sem que

nenhum possa oprimir e explorar os demais, e em que todos os meios para se chegar ao máximo desenvolvimento moral e material estejam disponíveis para todos. O anarquismo é o método para realizar a anarquia por meio da liberdade e sem governo, ou seja, sem organismos autoritários que, pela força, ainda que seja por bons fins, impõem aos demais sua própria vontade. A anarquia é a sociedade organizada sem autoridade, compreendendo-se a autoridade como a faculdade de impor a própria vontade.

Nesse trecho, Malatesta revela o princípio anarquista de recusa ao governo constituído a partir de um Estado centralizado, entendido como um organismo autoritário e coercitivo. Para que haja liberdade entre os seres humanos, é necessário pensar e construir outras formas de organizações sociais em que o Estado e todo seu aparato coercitivo e repressivo sejam abolidos, instaurando-se livres associações de produção e administração entre as pessoas. Assim como Kropotkin, Malatesta (2009: 5) lembra que “a base fundamental do método anarquista é a liberdade, e por isso, combatemos e continuaremos a combater tudo o que a violenta”.

É importante frisar que os anarquistas não defendem apenas sua liberdade individual ou a liberdade de alguns indivíduos, mas sim a liberdade incondicional de toda a humanidade: “O anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e que não quer ser opressor, aquele que deseja o maior bem-

estar, a maior liberdade, o maior desenvolvimento possível para todos os seres humanos” (Malatesta, 2009: 6).

Visando uma definição mais precisa, reproduziremos um trecho da obra de Felipe Corrêa (Corrêa, 2015: 117-118):

O anarquismo é uma **ideologia** socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da **dominação** e de uma defesa da **autogestão**; em termos estruturais o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em **estratégias**, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão. O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em **força social** e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador [...] por um poder autogestionário [...]. Para impulsionar esse processo de **poder**, o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das **classes sociais** concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de uma maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão, estímulo da consciência de classe, construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe; sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação desse projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão.

Felipe Corrêa expõe algumas características fundamentais do anarquismo: crítica da dominação (em suas diversas formas), defesa da

autogestão (gestão direta dos interessados, sem hierarquias) e defesa de uma transformação social (fundamentada em estratégias revolucionárias, que permitirão substituir um sistema baseado na dominação por outro fundado sob a perspectiva autogestionária). Através de uma transformação revolucionária, que inclui a violência contra as classes dominantes e suas forças armadas, poderá surgir uma organização social pautada na liberdade, onde todos(as) sejam administradores(as) e produtores(as).

Entre os diversos ditados libertários, existe um que afirma: “Nem Deus, nem pátria e nem patrão”, ou seja, os anarquistas desejam libertar a humanidade do poder religioso, do poder político e do poder econômico, a principal tríade que mantém os seres humanos em servidão. Dessa maneira, é possível afirmar que o ideal anarquista é revolucionário, posto que almeja uma profunda transformação social a partir da organização e luta de todos(as) os(as) oprimidos(as) contra os(as) opressores(as); todos(as) aqueles(as) que são explorados(as) e dominados(as) devem unir suas forças para libertarem-se em conjunto das relações produtivas e

sociais baseadas no autoritarismo e na hierarquia.

Porém, a conscientização dos(as) oprimidos(os) para o fato de que sua situação de miséria e penúria são decorrentes de uma organização social injusta e perversa, que pode e deve ser transformada, assim como sua união para o combate de libertação não são processos espontâneos e naturais, mas sim frutos de um árduo trabalho de construção desses valores e dessas atitudes. Com o objetivo de construir esses ideais junto às classes exploradas, os militantes anarquistas investiram no terreno da cultura, através de atividades como poesia e teatro, cuja produção era imbuída dos ideais libertários. Uma das áreas onde os anarquistas mais investiram esforços foi a educação.

A maioria dos(as) autores anarquistas trataram da temática da educação em suas obras, em variados níveis de reflexão e profundidade. Nenhum(a) dos(as) grandes autores(as) considerados(as) clássicos deixou de perceber a educação como um elemento essencial para o processo de libertação da humanidade, tendo em vista que os processos educativos são responsáveis em grande parte por moldar o caráter e a visão de mundo dos seres humanos.

Desde cedo, os(as)

libertários(as) pensadores(as) constataram que a educação vinha sendo usada ao longo da história como um instrumento de opressão e dominação por parte dos opressores, servindo para inculcar dogmas e preconceitos primeiramente religiosos e posteriormente patrióticos e nacionalistas, configurando-se como um sustentáculo ideológico dos poderes religioso e político. Todavia, os mesmos pensadores enxergaram a possibilidade da educação como uma arma a ser utilizada na formação de novos seres humanos, independentes, autônomos e rebeldes, que poderão construir um novo mundo, livre de opressões.

Proudhon e Bakunin, considerados os primeiros autores anarquistas, conforme já destacado, preocuparam-se com as questões educacionais em seus escritos. Proudhon criticava o sistema de ensino da sua época como perpetuador do regime capitalista e defendia uma educação politécnica, além do “acesso de todos a todos os graus do ensino” (Luizetto, S.d: 48-49). Bakunin era adepto da concepção de instrução integral, ou seja, uma educação que desenvolvesse as dimensões intelectuais, físicas, morais, psicológicas e manuais de maneira harmoniosa. Também defendia que o

povo tivesse toda a instrução possível de ser adquirida de acordo com o desenvolvimento científico e intelectual da sua época para ajudar na sua emancipação (Luizetto, S.d.; Santana, 2018).

O geógrafo francês anarquista Élisée Reclus (1830-1905) foi um dos pensadores que mais se dedicaram ao tema da educação. Sua obra *O Homem e a Terra*, publicada em Paris em 1905, possui seis volumes, e um capítulo do livro IV é intitulado *Educação*. Em suas reflexões, Reclus (2010: 15-16) argumenta que

A cada fase da sociedade corresponde uma concepção particular da educação, conforme aos interesses da classe dominante. As civilizações antigas foram monárquicas e teocráticas e seus resquícios prolongam-se nas escolas, pois, enquanto na vida ativa do exterior, os homens liberam-se das opressões antigas, as crianças, relativamente sacrificadas, bem como as mulheres, em razão de sua fraqueza, têm de suportar por mais tempo as rotinas das práticas de outrora. O tipo de nossos manuais de educação existe há vários milênios, e ainda se repetem quase nos mesmos termos os preceitos “moralizadores” que ali se encontram. “Obedecer!”, tal é, no fundo, a única moral pregada em um livro do príncipe Phtah-Hotep [...] Obedecer a fim de ser recompensado por uma longa vida e pela benevolência dos senhores, eis toda sabedoria.

Apesar de a questão educacional estar presente no pensamento anarquista desde o seu início, o desenvolvimento de uma pedagogia libertária é tributária de ideias e experiências específicas, que exerceram uma forte influência e foram

determinantes para a sua construção e consolidação. Podemos destacar três marcos fundamentais: a concepção de instrução integral, de Paul Robin; a experiência da Colmeia, de Sébastien Faure; e a criação da Escola Racional Moderna por Francisco Ferrer y Guardia, em Barcelona. Abordaremos cada uma dessas ideias e experiências rapidamente.

Paul Robin (1837-1912) era “uma importante figura da pedagogia socialista” (Luizetto, S.d.: 54) e um dos principais idealizadores da concepção de educação integral. Participou de alguns congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores e, no congresso de Bruxelas, em 1868, apresentou um *Programa de Ensino Integral*, que foi aprovado pela maioria, inclusive por Karl Marx (Luizetto, S.d.: 55). “O termo integral, [...] engloba três aspectos: a dimensão física, a dimensão intelectual e a dimensão moral. Robin insistia [...] na necessária interação existente entre as três dimensões[...].” Sua experiência mais importante foi o trabalho realizado no orfanato de Cempuis, de 1880 a 1894, onde colocou em prática as suas ideias educacionais, tentando suprimir a disciplina, os programas e as classificações (Kassik, 1996: 89). Apesar de algumas críticas ao projeto

(Cf. Santana, 2018: 478), foi uma influência marcante.

A outra experiência foi desenvolvida por Sébastien Faure (1858-1942) e intitulada de “Colmeia”, tendo funcionado de 1904 até 1917 como “uma escola libertária, laica e livre, um espaço de vida comunitária libertária”, com crianças e adultos vivendo em uma propriedade rural que funcionava como uma comunidade educativa autogerida e de orientação cooperativista (Marques; Silva, 2015 *apud* Santana, 2018). Além das aulas, havia outras atividades, como “oficinas de marcenaria, encadernação, alfaiataria, além do desenvolvimento de plantações, trabalhos com tipografias, atividades artísticas e culturais” (Santana, 2018: 482). Faure, assim como diversos outros anarquistas, condenava a dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual, considerando que um ser humano deveria ter uma formação mais diversificada, que envolvesse os dois tipos de atividades.

Apesar de as experiências de Robin e Faure contribuírem para o desenvolvimento dos princípios e métodos da pedagogia libertária, o empreendimento mais significativo e determinante foi a Escola Moderna, criada por Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909). Luizetto (S.d.: 58) destaca

que “Ferrer não era anarquista, mas um ‘republicano ardente’. Isso não significava pouco na Espanha no final do século XIX e início do século XX, país subjugado por um governo monárquico, comprometido com o mais tradicionalista e retrógrado ramo do clero católico”.

A Escola Moderna de Barcelona foi fundada em 1901 e conseguiu sintetizar e reunir importantes princípios anarquistas que foram aplicados aos processos pedagógicos desenvolvidos. Dentre suas principais características que permitiram a criação de um paradigma de pedagogia libertária, estão a ausência de provas, exames, concursos e classificações (“nem prêmio nem castigo”); a co-educação de ambos os sexos (até então meninos e meninas eram educados separados e diferenciadamente) e também de diferentes classes sociais (pobres e ricos estudando juntos); uma educação radicalmente laica e racional, livre de quaisquer dogmas e preconceitos religiosos, políticos, patrióticos, culturais e morais, estando de acordo com o conhecimento científico da época. Edgar Rodrigues (1992: 44) relata que

Em 1905, a Escola Moderna tinha 147 sucursais, na província de Barcelona e três anos depois 1000 alunos em 10 escolas de Barcelona e capital. Criaram-se Escolas Modernas na

Espanha (Madrid, Sevilha, Málaga, Granada, Cadiz, Córdoba, Palma, Valencia), Portugal, Brasil (São Paulo), Lausane e Amsterdã.

Como podemos notar, as escolas modernas espalharam-se pelo mundo, conferindo grande prestígio para o seu fundador. Por conta de suas atividades políticas e pedagógicas, consideradas subversivas e perigosas pelas forças reacionárias, Ferrer foi preso e condenado à morte, sendo fuzilado em 13 de outubro de 1909. Sua prisão e morte causaram protestos em diversos países, inclusive no Brasil, comprovando sua influência mundial. Sua obra teórica e prática alimentou a pedagogia libertária e sua marca estende-se até nos projetos pedagógicos libertários da atualidade.

Sintetizando o que foi exposto até aqui, podemos afirmar que a pedagogia libertária é uma pedagogia anti-autoritária, que tem a liberdade por meio e por fim: os seres humanos devem ser educados através da liberdade e para a liberdade; devem ser educados para desenvolver ao máximo sua autonomia, sua consciência de classe e sua cooperação entre os oprimidos; e devem ser ensinados a rebelarem-se contra tudo aquilo que pode mantê-los na escravidão: os poderes religiosos,

políticos e econômicos em suas diversas formas e manifestações.

Através dessa exposição de alguns elementos históricos e conceitos básicos, pudemos ter uma pequena compreensão acerca do anarquismo e da pedagogia libertária. Passemos ao segundo item desse trabalho, que abordará essas correntes políticas e pedagógicas em nosso país.

O ANARQUISMO E A PEDAGOGIA LIBERTÁRIA NO BRASIL

Neste item, veremos como o anarquismo chegou ao Brasil e as primeiras experiências pedagógicas libertárias brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX. Durante esse período histórico, o Brasil, uma nação recém-independente, estava passando por transformações importantes, como o fim do trabalho escravo e a transição do Império para a República através de um golpe militar (15/11/1889). Um tímido processo de industrialização começa a se desenvolver, atraindo muitas pessoas para as cidades devido às oportunidades de emprego na indústria nascente.

Conforme exposto acima, o anarquismo é um fenômeno europeu. A partir de meados do século XIX, começou a haver um processo de

imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, primeiramente para trabalhar nas lavouras de café e posteriormente para as atividades industriais. Muitos desses trabalhadores (em sua maioria italianos, espanhóis e portugueses, mas também de outras nacionalidades) já haviam entrado em contato com o anarquismo no seu país de origem, e trouxeram consigo as concepções, práticas e formas de lutas libertárias, formando um movimento operário orientado principalmente por essa ideologia. Segundo o historiador Boris Fausto (2016: 86-88):

Como se sabe, a hegemonia anarquista no interior do movimento operário até a Revolução Russa é um padrão comum a quase todos os países latino-americanos. As razões tradicionalmente apontadas para esse fato destacam o papel ideológico representado pelos imigrantes e a relativa similaridade do estágio de desenvolvimento do capitalismo industrial em seu país de origem e na América Latina. [...] é difícil reduzir o significado dos imigrantes na implantação do anarquismo na América Latina e a importância de sua proveniência de países onde o movimento libertário tinha pelo menos bastante prestígio.

Os imigrantes anarquistas organizaram as primeiras associações operárias e os primeiros sindicatos brasileiros. Uma das principais estratégias de luta dos libertários era a organização combativa através dos sindicatos: o anarco-sindicalismo, que considerava a atividade sindical como a frente de batalha mais importante. O

processo de sindicalização levou ao surgimento de inúmeras greves, que algumas vezes obtinham vitórias e melhorias parciais.

O anarco-sindicalismo parte do pressuposto de que a revolução social virá através de uma grande greve geral, que paralisará as atividades de todos os operários em todos os setores e será o ponto de partida para a instauração de uma sociedade autogerida, formada pela livre associação de indivíduos emancipados e soberanos. Os sindicatos e os sindicalistas sofreram forte repressão e perseguição por parte do governo oligárquico e das forças policiais. Segundo Boris Fausto (2016: 89):

[...] o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes.

Além da luta sindical, os anarquistas investiram no terreno da cultura, através de recitais de poesias libertárias, teatro libertário, organização de bailes e eventos de confraternização, publicação de inúmeros periódicos e revistas, e também na área de nosso principal interesse nesse estudo, a educação. Um importante militante anarquista brasileiro, Edgar Leuenroth (S.d.: 117), ao comentar sobre a ação

pedagógica e cultural libertária, registra que:

[...] os anarquistas nunca se descuidaram da obra cultural do povo, procurando, pelo menos, neutralizar a ação obscurantista dos reacionários, por meio de escolas, ateneus, centros de cultura social, fundados em várias zonas do país, conferências e palestras comentadas, além da difusão e publicação de folhetos, livros, revistas e jornais. Volumosa é a bibliografia anarquista no Brasil.

Dentre os diversos empreendimentos educacionais libertários, podemos destacar a criação de escolas operárias. Sobre esse processo, Edgar Rodrigues (1992: 48) esclarece que

A fundação de escolas operárias no Brasil está ligada à formação das associações de classe. Ao tempo em que estas começaram a arremeter trabalhadores para doutriná-los, esbarraram com o analfabetismo dificultando o avanço das ideias revolucionárias. Sua imprensa tinha poucos leitores, a maioria dos operários tinha sido obrigada a trocar a escola pela fábrica e pela oficina aos seis e sete anos de idade, para ajudar seus pais a sustentar a prole.

Por isso, os mais ilustrados, tinham de ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do “almoço”, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudessem ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!

Mas “memorizar” ideias não era tudo que o proletariado desejava para seus companheiros que não puderam frequentar a escola. E lança-se então a fundar escolas de alfabetização, de artes e ofícios, de militantes, a proferir palestras num esforço digno de registro e exaltação à obra pioneira. Dos centros de estudos e cultura social e das associações de classe, os idealistas operários, expeliam raios de luz rasgando as trevas do trabalhador, abrindo novos horizontes a pais e filhos, oprimidos duplamente: pela exploração burguesa e pelo analfabetismo!

No Rio Grande do Sul nasce a Escola União Operária, no ano de 1895. Seu progresso mereceu admiração de quantos tomaram conhecimento da

iniciativa pioneira. Teve uma duração digna, instruindo as camadas mais humildes, os trabalhadores daquela região.

Através desse trecho, podemos perceber a importância e centralidade da educação para os projetos anarquistas, principalmente através da criação de escolas para os operários e seus filhos, a primeira surgida ainda no final do século XIX (1895), no Rio Grande do Sul, como relata Rodrigues.

A alfabetização e instrução dos trabalhadores eram essenciais para a sua conscientização e consequente adesão à luta sindical, através do entendimento dos princípios e práticas do anarco-sindicalismo. Outras escolas foram sendo criadas: *Escola Libertária Germinal*, em São Paulo, 1903; em Santos, surgem a Escola Sociedade Internacional em 1904 e a Escola Noturna em 1907; a Escola Eliseu Reclus é fundada em 1906, em Porto Alegre; no Rio de Janeiro, surgem a Escola 1º de Maio, em Vila Isabel, bairro da zona Norte, e a Associação Escola Moderna, na Rua do Senado, Centro da cidade; em 1909, é fundada em São Paulo uma escola moderna; no Ceará, surge a Escola Germinal; em 21 de novembro de 1911, a escola noturna da Liga Operária de Sorocaba era reaberta, após ser fechada pela polícia; em 1913, é criada a

Escola Moderna de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1992; SANTOS, 2017).

Todas essas escolas funcionavam de acordo com as ideias e práticas desenvolvidas por Robin, Faure e Ferrer, apresentadas no item anterior. Essas escolas não devem ser vistas como um esforço isolado, mas antes como um trabalho coletivo, como nos aponta Neiva Beron Kassik (1996: 91-92):

[...] todo o movimento operário logo se ligava a escola e a imprensa operária, capazes de desenvolver e divulgar suas ideias e realizações. [...] articulavam-se a imprensa operária, os sindicatos, os Centros de Cultura Social, as ligas dos trabalhadores e as escolas libertárias.

Segundo o autor José Damiro Moraes (Moraes, *apud* Santana, 2018), “entre 1885 e 1925, cerca de quarenta instituições de ensino anarquistas surgiram no Brasil”. Durante o período da Primeira República (1889-1930), quando surgem essas instituições, a pedagogia libertária é de total importância, tendo em vista que ela combatia outras tendências pedagógicas conservadoras, reacionárias ou menos radicais (recuadas), conforme afirma Paulo Ghiraldelli Jr. (2001: 19-20):

Basicamente três correntes pedagógicas distintas formaram o cenário das lutas político-pedagógicas da Primeira República: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária.

Essas três vertentes pedagógicas, grosso modo, podem ser vistas associadas a três diferentes

setores sociais. [...] a Pedagogia Tradicional associava-se às aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e à Igreja. A Pedagogia Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade no Brasil. A Pedagogia Libertária, ao contrário das duas primeiras, não teve origem nas classes dominantes; vinculou-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais populares, principalmente aos desejos de transformação social contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista e anarco-sindicalista.

A ação educativa libertária não se restringiu apenas à criação de escolas operárias para alfabetização dos trabalhadores e seus filhos; os militantes anarquistas ousaram tentar estabelecer um projeto pedagógico mais complexo: uma Universidade Popular. Para encerrar esse item, apresentaremos brevemente essa experiência.

A Universidade Popular de Ensino Livre foi fundada no ano de 1904 no Centro da cidade do Rio de Janeiro; “sua sede ficava no Centro Internacional dos Pintores, na rua da Constituição nº 47” (Rodrigues, 1992: 49). Diversos intelectuais anarquistas e alguns outros que não eram, mas simpatizavam com a ideologia libertária, foram os responsáveis por esse empreendimento. Milton Lopes (2006: 208) nos informa sobre alguns desses participantes:

Tomaram parte da Universidade Popular, entre outros, Araújo Viana, Carvalho e Behring, Curvelo de Medonça, Deodato Maia, Érico Coelho, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbelo Freire, Joaquim Murtinho, José

Veríssimo, Martins Fontes, Morales de los Rios, Pedro do Couto, Pereira da Silva, Platão de Albuquerque, Rocha Pombo, Rodolfo Bernadelli, Silva Marques e Sinésio de Faria.

Essa iniciativa demonstra que os militantes libertários não estavam apenas preocupados com a alfabetização das classes trabalhadoras, mas desejavam proporcionar o máximo de instrução possível, nesse caso em nível de ensino superior. É uma concepção bem próxima da ideia de Bakunin de que o povo deve ter toda a instrução que for possível na época, para que nenhuma classe (especialmente a burguesia) tenha mais conhecimento e domine em virtude de maior capacidade intelectual. Apesar do seu breve funcionamento (por volta de três meses), outro trecho de Lopes (2006: 221) nos permite ter uma dimensão da importância dessa instituição de ensino:

[...] a Universidade dispunha de museu social, livraria e uma biblioteca que funcionava das 10 às 22h, admitindo-se o empréstimo de livros, jornais e revistas de todas as partes do mundo. Havia também um consultório médico a cargo de Fábio Luz, e um escritório jurídico, de Curvelo de Mendonça.

[...] a UP abriu as portas no dia 26 de julho, para uma palestra de Manuel Curvelo de Mendonça. No dia 27, começou o curso de filosofia, com Pedro do Couto; no dia 28, o de Higiene, com Fábio Luz; No dia 29, os de História Natural, com Platão de Albuquerque, História das Civilizações, com Rocha Pombo, e Geografia, com Pereira da Silva; e no 30, as aulas de Aritmética, com José de Oliveira.

Em agosto, a sede da UP mudou-se para a rua São José, número 15, 1º andar. As aulas continuaram regularmente, sempre à noite, de quinta a domingo. O currículo enriqueceu-se com a Matemática Superior, ministrada por Sinésio de Faria; Português, por Geonísio de Carvalho;

Economia Social, por Curvelo de Mendonça; Desenho e Modelagem, por Francisco Sá; História Universal e Francês, por Rodrigues de Sousa.

No domingo, 11 de setembro, realizou-se um festival literário. Curvelo de Mendonça falou sobre a questão social, e Elísio de Carvalho, sobre Kropotkin. Houve ainda um bingo e distribuição de literatura social. O Conselho de Administração reuniu-se na terça-feira seguinte, “para tratar de negócio urgente e importante”, pelo que se pedia o comparecimento de todos os cooperativados. Era o prenúncio do término daquela experiência libertária.

Todas as experiências pedagógicas empreendidas pelos anarquistas apresentadas até aqui demonstram o grande esforço desses militantes em prol da educação e cultura do povo e a preocupação em oferecer aquisições intelectuais e culturais que pudessem contribuir para sua emancipação. Esse esforço educativo em conjunto com outras táticas, como os sindicatos, as greves, as mobilizações, passeatas, etc., constituíram-se em armas de luta da classe trabalhadora e permitiram a conquista de alguns direitos e a melhoria de algumas condições de trabalho. Finalizamos esse item com um trecho de Rodrigues (1992: 49), que permite a apreensão da magnitude desse trabalho:

No Brasil – a história ainda há de registrar isso por ser verdadeiro – o elemento libertário propagou mais instrução e cultura no seio da classe trabalhadora, até 1920, do que as escolas oficiais com seus professores teleguiados pela pedagogia dominante, com verbas cobradas em forma de impostos.

No terceiro item faremos uma aproximação entre a pedagogia de Paulo Freire e a pedagogia libertária.

PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, PEDAGOGIA DA AUTONOMIA E PEDAGOGIA LIBERTÁRIA: PAULO FREIRE E O ANARQUISMO

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi e ainda é um dos mais importantes educadores brasileiros e um dos maiores pedagogos do século XX, autor de uma vasta obra que influenciou e ainda influencia diversos pensadores e intelectuais, movimentos políticos e sociais e produções científicas na área das ciências humanas, tanto no Brasil quanto no mundo. Desenvolveu um importante trabalho de alfabetização de adultos no Brasil durante o governo do presidente João Goulart, mas foi preso e exilado logo após o golpe civil-empresarial-militar, em 1964. Lecionou em vários países e Universidades pelo mundo, foi consultor das reformas educacionais empreendidas pelas ex-colônias portuguesas na África (Guiné-Bissau e Moçambique). Atualmente, Freire, suas obras e suas ideias estão sendo atacados pela onda conservadora

que assola a sociedade brasileira, mesmo possuindo reconhecimento internacional, tendo recebido por volta de 35 títulos de doutor *honoris causa*.⁶⁸

Para o nosso trabalho, nos importa saber quais são as possíveis relações entre a obra de Paulo Freire e a pedagogia libertária. Essas relações já foram apontadas por alguns estudiosos, como, por exemplo, Michel Antony (2011: 154):

No Brasil, as pesquisas e iniciativas de **Paulo Freire** (1921-1997) resgatam com amplitude os ideais pedagógicos libertários. Vale ressaltar que ele não é anarquista. Seus laços pedagógicos e políticos passam de uma democracia cristã progressista e reformista (no Brasil e no Chile) a um engajamento tardio à extrema esquerda, depois à esquerda simplesmente, ao lado do Partido dos Trabalhadores, e próximo de movimentos autogestionários e neozapatistas. Essas ações oficiais para diversos Estados e governos limitam, portanto, a teoria “ácrata” que as vezes lhe atribuem.

Todavia, ele é por excelência, decerto, o pedagogo do subdesenvolvimento, mas igualmente o pedagogo da liberação e da liberdade. Tornou-se a grande referência de todos aqueles que se interessam pela educação popular. Bom conhecedor dos libertários Ferrer y Guardia e Célestin Freinet [...].

Antony nos chama atenção sobre a importância de atentar para o fato de que Paulo Freire não era anarquista, suas filiações teóricas estavam mais ligadas ao marxismo. Apesar disso, algumas características de suas práticas educativas e de sua produção teórica

68 Expressão em latim que significa “por causa de honra”. É um título dado a uma pessoa que tenha exercido influência em determinada causa.

convergem para o anarquismo e a pedagogia libertária.

Para começar, Freire dedicou boa parte de sua vida a desenvolver projetos educativos junto aos oprimidos (camponeses(as), operários(as), desempregados(as), entre outros(as)), projetos estes imbuídos de uma concepção revolucionária, de transformação social. Uma de suas principais áreas foi a alfabetização de adultos. Desenvolveu um método inovador e radical, partindo da realidade do educando. Sua alfabetização era necessariamente política; a leitura da palavra deveria levar a uma leitura crítica do mundo. Essa seria a primeira ligação de Freire com o anarquismo, posto que, assim como os pedagogos libertários, ele foi um militante da educação, preocupado em desenvolver junto com os oprimidos um processo educacional que estivesse a serviço de sua libertação, uma pedagogia que tinha como princípio e fim a liberdade, assim como a libertária.

Nos limites desse artigo, não é possível aprofundar as relações entre Paulo Freire, anarquismo e a pedagogia libertária. Desejamos, porém, levantar brevemente mais algumas questões pertinentes a sua produção científica. Dentro de sua vasta obra, identificamos

duas em que a relação tratada nesse item é bastante evidente: *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2013) e *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (Freire, 2009). Vejamos rapidamente algumas considerações acerca delas.

O próprio título da primeira já revela a politicidade de suas concepções educacionais. Essa é a sua obra mais importante, conhecida, debatida e utilizada em todo o mundo. Foi escrita no ano de 1968, durante seu exílio no Chile, e proibida de ser publicada no Brasil pelo governo militar, só sendo liberada em 1974. As preocupações de Freire (2013: 43) nesse trabalho estão de acordo com os princípios da pedagogia libertária que vimos até agora:

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de pedagogia do oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos

opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização.

Através do trecho reproduzido, podemos perceber a proposta da pedagogia do oprimido: a reflexão e conscientização acerca da sua situação de oprimido(a) e da realidade opressora para o engajamento na luta por libertação. Ao afirmar que a pedagogia do oprimido deve ser forjada *com* ele, e não *para* ele, Freire está defendendo outro grande princípio da pedagogia libertária: a educação através da liberdade, que levará à liberdade. Ou seja: a liberdade como princípio e fim. Essa pedagogia deverá combater a pedagogia autoritária e seus princípios, que Freire (2013: 79-80) classifica como “concepção bancária da educação”:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em quaisquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras.

Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito – o narrador – e objetos pacientes, ouvintes – os educandos.

Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar.

[...]

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá enchendo os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se

deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão.

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

As críticas que Paulo Freire empreende contra a pedagogia autoritária possuem bastante semelhança com as críticas que os libertários fizeram aos sistemas de ensino religiosos, estatais, oficiais, ou seja, que promovem uma educação com o objetivo de manter a opressão e os privilégios de classe. Uma educação alienante e alienadora, e que deverá ser combatida por todas as propostas pedagógicas que tenham por finalidade contribuir para a causa da libertação dos seres humanos: a pedagogia libertária, dos anarquistas, e a pedagogia libertadora, de Paulo Freire, são duas das suas principais adversárias, como estamos argumentando nesse artigo.

Portanto, é necessário que os(as) educadores(as) façam uma opção entre uma pedagogia autoritária (concepção bancária da educação) ou uma pedagogia libertadora ou libertária, que esteja a serviço da liberdade. Em sua segunda obra aqui analisada, *Pedagogia da autonomia*, Freire (2009: 98-99) afirma

que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Neutra, “indiferente” a qualquer dessas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser.

Ou seja, para Freire, a partir do momento em que existe uma ideologia dominante, não é possível neutralidade ou indiferença pedagógica. A pedagogia afirmará ou negará essa ideologia dominante. Portanto, o(a) educador(a), suas concepções e práticas pedagógicas estão sujeitos a esse dilema de corroborar ou confrontar a realidade opressiva e o *status quo*. Os(as) educadores(as) críticos, que ancoram-se na pedagogia libertária e/ou libertadora, sempre devem ter essas e outras questões em mente e fundamentar suas práticas pedagógicas de acordo com sua adesão política, reacionária ou progressista: “em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (Freire, 2009: 77). Dentro dessa

concepção, aqueles(as) que almejam colocar seu trabalho educativo a serviço da liberdade devem estar a favor das classes oprimidas e contra as classes opressoras. Para Freire (2009: 80), eles(as) devem

desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado.

Podemos afirmar que tanto para Freire quanto para os libertários uma das principais missões da pedagogia libertadora/libertária é a conscientização dos oprimidos acerca de sua condição, “desnaturalizar” a realidade, ou seja, a opressão no mundo não é algo natural e imutável, da vontade de algum ser sobrenatural; é uma construção histórica e social que nem sempre existiu e que pode deixar de existir. E para que deixe de existir, torna-se essencial um trabalho educativo para e através da liberdade.

Para concluir esse item, gostaríamos de resumir tudo o que foi dito: apesar de Paulo Freire não ser anarquista, é possível perceber muitos traços em comum entre a sua pedagogia libertadora e a pedagogia libertária: crítica à educação vigente, politicidade da educação, processos educativos que levem em conta a liberdade e a

autonomia dos educandos, conscientização, entre outros aspectos. Essas duas pedagogias dialogam entre si e são importantes referenciais para quem quiser abraçar a práxis educativa progressista e revolucionária.

Para finalizar nosso artigo, abordaremos brevemente algumas experiências pedagógicas libertárias contemporâneas.

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERTÁRIAS DO SÉCULO XXI

Nosso artigo apresentou algumas definições e conceitos básicos acerca do anarquismo e da pedagogia libertária. Em seguida, tratamos da implantação do anarquismo no Brasil e de algumas experiências pedagógicas brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX. Depois, apontamos algumas semelhanças e convergências entre a pedagogia libertadora, de Paulo Freire, e a pedagogia libertária. Para encerrar, gostaríamos de abordar sucintamente alguns projetos educacionais libertários do século XXI, demonstrando que, longe de ser uma experiência histórica que ocorreu somente no passado, a importância e as influências da pedagogia libertária estão presentes também na atualidade.

A educação brasileira está sofrendo uma série de ataques por parte do governo autoritário que foi eleito democraticamente em 2018: corte de verbas e bolsas de pesquisas, a imposição de uma Base Nacional Curricular Comum que reduz disciplinas obrigatórias (principalmente da área das ciências humanas), ataques e perseguições aos profissionais da educação que possuem uma orientação crítica, entre outras medidas de cunho antipopular e antidemocrático. Diante dessas questões, quais podem ser as contribuições da pedagogia libertária para o enfrentamento desses e de outros problemas educacionais do presente?

Guilherme Xavier de Santana (2018: 487-488) traça um panorama da pedagogia libertária contemporânea:

A atualidade da educação libertária se dá em projetos de uma militância na maioria das vezes sem vínculos diretos com partidos políticos, organizações não governamentais, empresas ou qualquer outra corporação por trás. Busca-se uma emancipação, na base do apoio mútuo e da solidariedade, tentando não tirar o protagonismo dos educandos locais e com projetos que buscam uma política menos hierárquica e com intervenções diretas de todos que ali estão participando.

Tais projetos abarcam desde uma alfabetização política e anticapitalista em ocupações urbanas e ocupações sem-terra, até pré-vestibulares sociais e creches comunitárias, também em favelas ou lugares periféricos de grandes centros urbanos, ou mesmo escolas que buscam transcender o currículo formal para desenvolver uma abordagem mais crítica, global e que integra diversos saberes na nossa sociedade.

A pedagogia libertária também vem sendo reafirmada em outros locais da América Latina,

em diversas escolas operárias ou projetos em periferias com cooperativas de trabalhadores urbanos, que são construídas na base da autogestão e com um processo educativo e dialético, na base da troca.

Conforme podemos apreender no trecho acima, em qualquer lugar e em qualquer projeto em que os oprimidos se organizem para lutar por seus direitos e/ou por sua libertação entra em pauta a questão educacional. A pedagogia libertária tem mostrado-se bastante eficiente nesse contexto. As autoras Roberta Ferreira Soares e Débora de Bitencourt Fél (2015) relatam uma experiência em educação libertária em uma comunidade no Rio Grande Do Sul, em uma vila que era conhecida por Vila Pontilhão, onde surgiu a Escola Comunitária Resistência Popular, no ano de 2005, em um contexto de “uma ocupação urbana de condições muito precarizadas onde construiu-se uma história de lutas e resistência por água, luz, trabalho, reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis e moradia” (SOARES, FÉL, 2015: 16). Reproduziremos mais um trecho desse relato (SOARES, FÉL, 2015: 16-17):

Neste local havia um espaço coletivo, um galpão, onde desenvolveu-se, ao longo dos anos, a primeira Associação de Catadores de Gravataí, o primeiro Comitê de Resistência popular, o Comitê Vale do Gravataí do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a Escolinha da Resistência e muitas outras atividades. A Escolinha surge com a

preocupação de oferecer um espaço de educação informal para crianças e adolescentes, promovida por militantes destes movimentos sociais e com o apoio de trabalhadores da educação e de agentes culturais do teatro, hip hop, capoeira, entre outros que foram somando-se no processo. A educação se constitui em uma preocupação relevante nesses movimentos sociais que visam o protagonismo popular e, portanto, acreditam que desde a criança, até os adultos, é necessário fomentar a adesão consciente aos processos coletivos de organização e ação através da conscientização, do debate, da formação horizontal, e não, como praticado por tendências políticas de cunho autoritário, a adesão alienada e baseada na obediência às ordens dirigentes.

Esse trecho relata com extrema precisão tudo o que já viemos discutindo até aqui. Podemos enxergar a íntima relação existente entre os processos de luta, organização e mobilização popular e a pedagogia libertária. “A educação se constitui em uma preocupação relevante nesses movimentos sociais que visam o protagonismo popular”, ou seja, para os(as) oprimidos(as) assumirem um papel de protagonistas é necessário uma educação que os forme e lhes dê condições de romperem com o papel de submissão, subserviência e obediência que lhes foi imposto. Por limitações de espaço, não poderemos nos aprofundar nessa experiência, porém os breves parágrafos apresentados já demonstram o funcionamento da pedagogia libertária no século XXI com todo o vigor.

Citaremos abreviadamente mais duas experiências. A primeira é o processo das ocupações estudantis. Mais

uma vez, recorreremos a Santana (2018: 488-489):

[...] exponho aqui as ocupações escolares em alguns locais da América Latina: o protagonismo de jovens que se organizaram e ocuparam os estabelecimentos públicos da educação como forma de contestar políticas de governantes locais. As ocupações começaram no Chile, no ano de 2006, com a chamada Revolta dos Pinguins. Os estudantes chilenos iniciaram um processo de diversas ocupações de escolas públicas contra o processo de privatização do ensino que o país vem passando nas últimas décadas. Algumas das principais pautas da mobilização estudantil naquele país se voltavam contra a limitação do livre acesso às universidades públicas, defendendo mais verbas para a merenda e o passe livre estudantil. Anos depois, mais exatamente em 2015, cerca de mais ou menos 200 instituições de ensino foram ocupadas por secundaristas da rede estadual do Estado de São Paulo contra o chamado plano de reorganização escolar do governador Geraldo Alckmin e seu partido, o PSDB. Depois tivemos escolas ocupadas em Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, e diversos outros estados: cada ocupação com suas demandas e particularidades, mas principalmente com a marca do protagonismo de estudantes de periferia e das escolas públicas do país.

O fato é que, quando assistimos e presenciamos estudantes ocupando escolas de forma direta, sem intermediários, se auto-organizando, protagonizando as atividades (com aulas, além de atividades culturais e políticas) dentro de suas escolas por meio de autogestão e lutando por pautas como uma escola mais democrática, plural, dialógica e menos hierárquica, percebemos a essência dos conceitos e da prática da pedagogia libertária. Tal fato mostra o quanto o ideal libertário e anarquista está vivo atualmente e o quanto os estudantes nesse processo também têm muito a ensinar.

Tive a oportunidade de visitar e conhecer algumas (quase uma dezena) ocupações estudantis de diversas regiões do Rio de Janeiro: Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense. Em todas elas, fui muito bem recebido e

apresentado àquele projeto autogestionário: conforme Santana destaca acima, os alunos organizavam aulas, debates, palestras, atividades políticas e culturais, além de cuidarem perfeitamente do espaço, limpando, lavando, cozinhando, cuidando da manutenção de acordo com as possibilidades. Não existia hierarquia e, apesar de existirem algumas funções e comissões determinadas, via de regra, todos ajudavam em todas as tarefas. Não podemos dizer que os alunos ocuparam as escolas para mantê-las fechadas e sem aula; muito pelo contrário, ocuparam para fazer as instituições escolares funcionarem de acordo com a sua lógica, visão de mundo, capacidade, inventividade e criatividade.

Esses alunos tiveram um aprendizado que jamais teriam na escola pública autoritária: criaram um espaço onde puderam desenvolver radicalmente sua autonomia, iniciativa, solidariedade, responsabilidade, assim como seu senso de comprometimento e cooperação. Valores e atitudes que a pedagogia libertária visa desenvolver nos indivíduos. Durante o tempo em que ocuparam suas escolas, esses jovens puderam libertar-se momentaneamente da opressão estatal escolar,

experimentando o precioso gosto da liberdade.

Para finalizar esse artigo, gostaria de partilhar uma experiência pessoal, adquirida através da minha docência em história em algumas redes públicas de ensino. Não pretendo enquadrá-la como uma experiência de pedagogia libertária, posto que ocorreu em um espaço institucional governamental, *a priori* contrariando os princípios pedagógicos libertários, que defendem que a educação deve ser desvinculada do Estado, da Igreja e de qualquer outra instituição ou instância autoritária.

Porém, a partir da prática que será relatada, surgiu-me uma série de questões, tais como: “é possível praticar alguns elementos ou princípios da pedagogia libertária/libertadora na escola pública autoritária?”; “Como desenvolver a autonomia dos educandos em uma escola disciplinadora e tuteladora?”; “Quais são os limites e possibilidades de uma atuação pedagógica libertadora e crítica na escola pública dominadora e reacionária?”. O autor Ivanilso S. da Silva (2015: 99-100) também elenca uma série de questões pertinentes; segundo ele, existem

[...] questões que devem continuar nos perseguindo no cotidiano de nossa ação educativa, enquanto ponte entre ela e nossas aspirações.

- a) Qual o papel que joga a educação na luta pela revolução social?
 - b) Como falarmos de emancipação no âmbito da escola estatal?
 - c) Que tipo de conhecimento estamos construindo no âmbito da escola e quem tem se favorecido mais dele?
 - d) Em que medida nosso trabalho educativo na escola estatal pode contribuir para o enfraquecimento do Estado e fortalecimento das resistências? É possível?
- São velhas conhecidas das discussões sobre educação, no campo da esquerda no geral, mas que seguem pertinentes e seguirão enquanto houver uma sociedade de dominação.

Em uma das redes de ensino, uma escola em que trabalhei adotou um sistema de crachá para a autorização da saída dos(as) alunos(as) de sala: o(a) professor(a) ficava com o crachá e entregava ao(à) aluno(a) quando ele(a) pedia e o(a) aluno(a) deveria mostrar o crachá ao(à) inspetor(a), caso fosse solicitado(a), para comprovar que havia saído com a permissão docente. No começo, deixava o crachá no bolso e, incomodado por conta dos(as) discentes interromperem a aula ao solicitarem o crachá, comecei a deixar em cima da minha mesa e afirmei que eles podiam pegar e ir, sem minha prévia autorização, sem ter que me pedir.

No começo, notei que instaurou-se uma certa confusão, pois os alunos corriam para pegar o crachá e poder sair. Resolvi anotar algumas orientações no quadro e explicá-las, a fim de que o sistema funcionasse melhor. Expliquei essa questão sob a perspectiva da

autoridade (os alunos devem pedir ao professor para sair de sala) e sob a da autonomia (os alunos pegam o crachá que está na mesa e saem sem pedir ao professor). Fiz também outras considerações: deveriam esperar sua vez de pegar o crachá e não poderiam demorar, pois a turma ficaria impedida de sair enquanto o crachá não retornasse. Informei que dali por diante qualquer problema com relação a esse sistema seria resolvido pela turma, sem o auxílio do professor. Tenho utilizado essa prática até hoje em minhas aulas, algumas vezes com sucesso, outras nem tanto. Porém, tem sido uma experiência válida e interessante, demonstrando que mesmo dentro da estrutura escolar autoritária é possível estabelecer práticas que desenvolvam a autonomia dos alunos de uma maneira mais consistente, subvertendo o *status quo* do cotidiano escolar opressor.

Para finalizar, esperamos que nosso trabalho possa ter ressaltado a importância e a viabilidade da pedagogia libertária, em diversos e diferentes contextos de lutas e mobilizações populares ao longo da história e contemporaneamente, e também que nossas contribuições possam avolumar as produções teóricas e os debates referente à temática, assim como servir

de referência para o embasamento de práticas e projetos pedagógicos que tenham a liberdade por objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alberto Bezerra de. (2015) Esboço de práxis escolar emancipadora num contexto social desfavorável. In: MEMORIAS DA 2ª JORNADA DE PEDAGOGIA LIBERTÁRIA, 2, 2014, Anais [...] Recife: Difusão literária. pp. 31 – 58.

ANTONY, Michel. (2011) Os microcosmos. Experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: “utopedagogias”. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Expressão e Arte Editora; Editora Imaginário.

AQUINO, Thiago. (2013) Francisco Ferrer e a pedagogia libertária: educação e liberdade. In: DIÁLOGOS em pedagogia libertária: memórias da 1º jornada de pedagogia libertária. Recife: Difusão libertária. pp. 11 – 20.

CHAMBAT, Grégory.(2006) Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação Rumo a uma pedagogia de ação direta. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias; Editora imaginário.

CORRÊA, Felipe. (2015) Bandeira negra: rediscutindo o anarquismo. Curitiba: Editora Prisma.

ELBA, Antonio & FERRER, Freinet. (2013) Freire e a Escola do Povo: ou para "uma pedagogia coletiva e militante". In:

- DIÁLOGOS em pedagogia libertária: memórias da 1º jornada de pedagogia libertária. Recife: Difusão libertária. pp. 23 – 39.
- FAUSTO, Boris. (2016) Correntes organizatórias e seu Campos de incidência. In: ----- . Trabalho urbano e conflito social: 1990 – 1920. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 61 – 125.
- FERREIRA, José Maria Carvalho. (1996) Pedagogia libertária X pedagogia autoritária. In: EDUCAÇÃO libertaria: textos de um seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento – Centro de Cultura e autoflagelação. pp. 109 – 134.
- FREIRE, Paulo. (1996) Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2013) Pedagogia do oprimido. 54 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALLO, Silvio. (2007) Pedagogia Libertária: anarquistas, anarquismos e educação. [São Paulo]: Imaginário; Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. (2001) Do "entusiasmo pela educação" ao "otimismo pedagógico". In: ----- . História da educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez. pp. 15 – 35.
- KASSICK, Neiva Verón. (1996) Experiências pedagógicas libertárias no Brasil. In: EDUCAÇÃO libertaria: textos de um seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento – Centro de Cultura e autoflagelação. pp. 81 – 94.
- KASSICK, Clóvis Nicanor. (1996) O movimento das escolas alternativas no Brasil: o ressurgir da educação libertária? In: EDUCAÇÃO libertaria: textos de um seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento – Centro de Cultura e autoflagelação. pp. 71 – 82.
- KROPOTKIN, P. A. (2007) O princípio anarquista. In: COELHO, Plínio Augusto Coêlho (org.) O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra.
- LEUENROTH, Edgard. (S.d.) No campo da educação e da cultura. In: ----- . Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica – história – informações. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé. pp. 117.
- LOPES, Milton. (2006) A Universidade popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: DEMINICIS, Rafael Borges & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do Anarquismo no Brasil. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD. v.1. pp. 203 – 230.
- LUIZETTO, Flávio. (1987) O papel da educação nos planos do anarquismo. In: ----- . As utopias anarquistas. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 39 – 63.
- MALATESTA, E. (2009) Anarquismo e anarquia. [S.l.]: Faísca.

RECLUS, Elisée. (2010) O homem e a terra: educação. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São paulo: Expressão & Arte; Editora Imaginário.

RODRIGUES, Edgar. (1992) Quem tem medo do anarquismo? Rio de Janeiro: Achiamé.

SANTANA, Guilherme Xavier de. (2018) Pedagogia Libertária: um breve histórico dialogando teoria e prática. Revista Contemporânea de Educação, ISSNe: 1809-5747, v. 13, n. 27, maio/ago. 2018. p. 473 – 491.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. (2017) Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: Rizoma.

SIEBERT, Raquel Stela de Sá. (1996) Experiência de uma pedagogia não-autoritária: limites e possibilidades. In: EDUCAÇÃO libertaria: textos de um seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento – Centro de Cultura e autoflagelação. pp. 15 – 22.

SILVA, Ivanildo S. da. (2015) A instrução integral: embrião de uma educação anarquista? In: MEMORIAS DA 2ª JORNADA DE PEDAGOGIA LIBERTÁRIA, 2, 2014, Anais [...] Recife: Difusão literária. pp. 85 – 101.

SOARES, Roberta Ferreira & FEL, Débora de Bitencourt. (2015) Relatos de experiências em educação libertária em uma comunidade no Rio Grande do Sul. In: MEMORIAS DA 2ª JORNADA DE PEDAGOGIA LIBERTÁRIA, 2, 2014, Anais [...] Recife: Difusão literária. pp. 15 – 30.

SOUZA, João Penteado & PASSOS, Soledad Gustavo. (S.d.) Educação e ensino. In: LEUENROTH, Edgard. Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica – história – informações. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé. pp. 187 – 191.

TRAGTENBERG, Maurício. (2004) Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. In: -----, Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora UNESP. pp. 121 – 160.